

## Memória individual sobre o Seminário da Prainha, revelação de experiências coletivas

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ\*

**D**e acordo com a tradição no meio intelectual, onde a manutenção dos valores consagrados se afigura como um guia dos estudos propostos, a memória individual e memórias coletivas são consideradas como fontes de informações secundárias, pois o documento oficial permanece como única fonte confiável. Entretanto, graças ao avanço das proposições teórico metodológicas, não apenas no campo da História, mas nas demais ciências sociais, a memória é reconhecida como uma das fontes a ser considerada e, portanto, sujeita à análise e interpretação dos pesquisadores.

A diversidade de fontes apresenta as peculiaridades de cada uma delas, mas o ponto comum divisado pelo pesquisador da história é que todas elas não devem ser consideradas como receptáculo de verdades impostas, mas como campo de análise do pesquisador, capaz de apresentar a sua maneira de indagar e responder às questões propostas, como revelação da originalidade dos trabalhos elaborados.

O Seminário da Prainha se nos apresenta como “um lugar social,”<sup>1</sup> levando-nos a refletir sobre o “Enredo e verdade na escrita da história” (MALERBA, 2006, p. 192-210), onde o individual e o coletivo se associam, lembrando o ímpeto da subjetividade, florescido com maior intensidade, a partir do modernismo, uma vez que “relatos narrativos”

---

\* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

<sup>1</sup> Para Michel Certeau, "Toda pesquisa historiográfica se articula com um local de produção sócio-econômica, política e cultural..Implica em um meio de elaboração que circunscrito por denominações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc."- (CERTEAU,2000,p,66.

não se expressam apenas como reproduções factuais, mas deixam-se identificar pela maneira específica como os fatos são reconhecidos.

Dessa maneira, “um relato narrativo pode representar um grupo de eventos que tem a forma e o significado de um épico ou uma estória trágica, e um outro pode representar o mesmo grupo — com igual plausibilidade e sem violar nenhum registro factual — descrevendo uma farsa.” Aqui, o conflito entre “narrativas que competem” tem menos a ver com os fatos da matéria em questão de que com os diferentes significados da estória pelos quais os fatos possam ser contemplados na elaboração do enredo. (MALERBA, 2006, p. 193).

Nessa perspectiva, a representação que se delineia de forma figurativa, na narrativa proposta, constituiu um estímulo persistente à revelação de parte do meu processo de “individuação”.<sup>2</sup>

O meu ingresso no Seminário da Prainha, em 1960, aos onze anos de idade, ainda permanece vivo. O velho casarão do Seminário se me afigurava disforme, com suas inúmeras janelas, no térreo e no andar superior, figurando ao lado uma Igreja azulejada, na esquina da Avenida Monsenhor Tabosa com a Avenida D. Manoel. Os sinos, a marca indelével da centenária instituição, expressavam alegrias sentidas ou marcavam momentos sofridos. O carrilhão da Prainha sempre dobrava melancólico ao entardecer, externando a instabilidade do anoitecer.

Transpus rápido pela grande porta. Meu pai ficou sereno, aparentemente. Um nó na garganta impedia-me a voz, oprimindo saudades. Mamã ficara a chorar, quando da despedida, como se a partida fosse definitiva. Só ao ingressar no prédio percebi o sentido daquelas lágrimas. Escurecia. Penetrei silente. As paredes espessas deixavam-me inquieto. As arcadas dos longos corredores, de cada lado do grande pátio, mal cuidado e coberto com ficus verdejantes, elas eram parte de um cenário, que tinha seu centro no velho pedestal de São Vicente de Paulo, marco do cinquentenário da casa, disseram-me, cobrindo com um manto uma

<sup>2</sup> “O processo de individuação”, “um processo lento” e “imperceptível do crescimento psíquico” assim nos é explicado: “Observando um grande número de pessoas e estudando seus sonhos (calculava ter interpretado ao menos uns 80.000 sonhos), Jung descobriu não apenas que os sonhos dizem respeito, em grau variado, à vida de quem sonha mas que também são parte de uma única e grande teia de fatores psicológicos. Descobriu também que, no conjunto, parecem obedecer a uma determinada configuração ou esquema. A este esquema Jung chamou o processo de individuação”. — JUNG e VON FRANZ, 2002, p. 160 e 161.

criança e conduzindo outra pela mão. Diziam as boas línguas que o pequeno, encoberto pelo manto, conseguira fechar os ouvidos às picantes anedotas, contadas por alguns seminaristas. De um lado, cinco salas de aula, de outro, o longo refeitório dividia o Seminário Menor do Seminário Maior.

Ao fundo, um velho galpão, onde os pequenos — no Menor havia a divisão entre pequenos e grandes — se compraziam, foi a primeira visão do futuro palco cotidiano. Um grande viveiro fora colocado perto do corredor, que levava à capela, por trás da estátua de São Vicente e à frente de um pequeno campo de basquete. Uma rolinha mansa e diversos pássaros, presos em um grande viveiro, expressavam um ar de tranquilidade.

Dirigi-me à rouparia, ou melhor, até lá fui conduzido por um levita fanhoso. Velhos guarda-roupas com uma prateleira, porta sem fechadura, continham os pertences de cada um. Ali era proibida a conversa, como se o segredo das queixas fossem pacientemente dobradas, como as peças de roupas.

Desarrumei a mala, retirei uma colcha de cama, lençol, pijama, pasta, sabonete e pente, sem excluir a indispensável batina, peça de grande utilidade, não apenas para as missas solenes, mas para a troca das surradas roupas. Subi a escada, cruzei as anti-higiênicas privadas, as “casinhas”, como por lá eram denominadas. Coube-me uma velha cama de ferro. Três prolongadas filas de camas, algumas delas da marca “patente”, de madeira, espalhavam-se pelo soalho antigo, que terminava aos pés de uma imagem de Nossa Senhora das Graças. Era o velho dormitório, onde ao apagar das luzes, apenas permanecia a débil iluminação de três frágeis lâmpadas, pendentes do teto. Antes de deitar, jovens sonolentos, às vezes bocejando, postavam-se reverentes ante a imagem, já vestidos com os pijamas, toalhas aos ombros, recitavam três “Ave Maria”, tradição que garantia uma noite tranquila. Para escovar os dentes, além de uma pia antiquada no dormitório, as mais procuradas situavam-se no térreo, entre o “Salão de Estudos” e a capela. O meio desse espaço era ocupado por uma caixa d’água. Em torno dela, algumas banquetas, em alvenaria, cada uma com quatro torneiras, para o banho de rosto e o escovar dos dentes.

Ao pisar forte de um passante, todo o dormitório se embalava ao compasso das passadas pausadas. Contíguo a esse, ficava o novo,

que se destacava pelo forro ainda conservado, poucas camas de ferro, mosaicos capelenses, janelas menores e um crucifixo na parede. No novo, além das diversas janelas laterais, duas se voltavam para o campo de futebol, permitindo alongar o olhar, pois se podia ver nitidamente, à noite, o farol do Mucuripe acendendo e apagando, como se representasse uma ilusão nascente e uma esperança decadente. Às noites, costumava debruçar-me sobre uma das janelas para contemplar o pisca-pisca insistente, acariciado pela brisa. Ao lado direito, a caixa d'água destacava-se como sentinela avançada, de onde se tinha uma visão para além dos muros. O contínuo pestanejar do farol longínquo se associava ao silêncio que envolvia em seu manto calmo as inquietudes cotidianas.

Ao procurar trocar de roupa, colocavam-nos numa encruzilhada: dirigir-se às sempre molhadas “casinhas” ou enfiar-se na própria batinha e, metendo as mãos em uma abertura por trás dos dois bolsos laterais, passagem secreta para tais emergências, podia-se tirar a incômoda cueca. Tarefa simples, mas estafante pra um novato como eu. Ainda bem que um companheiro socorreu-me no fatídico momento, demonstrando como banalizar o que parecia complexo.

Deitado, travesseiro recebendo o peso das preocupações, eu procurei localizar-me na incômoda cama, comparada com a costumeira rede caseira. Em uma alta noite, numa inexperiência latente, despenquei dela, acordando com o baque no tabuado antigo. Levantei-me atordado e de novo me vi “nos braços de Morfeu”.

Em mais de uma noite fui acordado com a pressa de um colega, que se levantava de súbito, fazendo barulho, e corria em direção ao banheiro. Como o hábito tornara-se diário, durante o recreio, pois no dormitório o silêncio era obrigatório, insisti em que me explicasse, no dia seguinte, o motivo de tanta pressa no simples ato de levantar-se e o mais curioso, em quase todas as noites. Ele me pediu segredo absoluto para a sua resposta e fui fiel a seu pedido em não divulgar a razão do seu mistério: como ele costumava fazer xixi na cama, todas as noites, antes de dormir, amarrava um cordão na extremidade do pênis e ao acordar incomodado, corria ao sanitário, onde cortava com uma tesourinha, para dar vazão à urina retida. Às vezes acontecia de ferir com a ponta da tesoura a parte onde se localizava o nó, em virtude da pressa em livrar-se do incômodo. De acordo com sua opinião, melhor submeter-se a tal

prática do que dormir numa parte do dormitório, mal vista por todos, reservada só aos “mijões”.

Às cinco e trinta, um barulho súbito, vinha roubar-nos o sono profundo. Levantava-nos às pressas, ao som do sino, que regia os diversos horários do cotidiano. Com o banho de rosto, escova de dentes e toalha pequena às mãos, a preguiça era espantada.

Passeando no galpão, em absoluto silêncio, nós aguardávamos o tinir da sineta, às vezes de uma forma lacônica, outra prolongada, sempre definida como a “voz de Deus.” Será que a voz do Pai Eterno seria estridente como aquela que ressoava aos nossos tímpanos, com tanta insistência? De imediato, cada um se alinhava em uma das duas tradicionais filas, paralelas, organizadas por ordem de tamanho. A fila tornara-se uma tradição respeitada. Nela íamos à capela, ao refeitório, ao salão de estudos, acompanhado pelos regentes ou pelo “Padre Prefeito”, responsável pela disciplina dos menores. Os regentes eram personagens estranhos, nomeados anualmente pelo Prefeito, de quem recebiam as ordens do dia, vigiando e denunciando os que infringissem as normas estabelecidas. Havia o “regente”, espécie de oficial do dia, encarregado de puxar a fila aonde ela fosse. Os outros três regentes postavam-se nos pontos estratégicos, às vezes com uma caderneta em punho, assinalando os fatos. Em todos os recantos suas figuras vagarosas nos acompanhavam, sempre com lugares marcados em espaços estratégicos, no dormitório, na capela e no salão de estudo.

Certa vez, o Lazarista Padre Mendes, Prefeito de disciplina, ameaçou meus anseios sacerdotais: “você quer ser padre ao seu modo. Acabar com a fila, absurdo.” A fila nos conduzia a todos os espaços traçados, inclusive à merenda, às nove horas da manhã. No galpão dos menores havia duas linhas paralelas, pintadas de preto, com uma certa distância entre ambas, onde se organizavam as filas e também eram distribuídas duas bananas a cada um, para o lanche.

Na capela pela manhã uma missa, uma breve oração após o almoço, à tardinha uma ladainha comprida e o “ângelus”, rezado em pé. Estranho local a capela. Abafada e em estilo exótico. Dizem que a sua instalação fez parte das comemorações do cinquentenário da Prainha. Janelas ogivais com vidraças coloridas, com pequenos ganchos pendentes, presos à parede. Bancos lisos com porta missais. Um complexo altar de madeira, um trabalho bem acabado à mão, com vários nichos,

onde se situavam São Luiz Gonzaga, São Vicente, Santo Antônio, dentre outros. No alto, uma imagem de Nossa Senhora, esmagando a serpente, muito semelhante a outra que se encontrava no dormitório, onde muitos dos colegas, antes de dormir, se ajoelhavam para rezar. Um arco verde e branco imitava um desbotado céu. Um harmônio velho acompanhava os arrastados cantos cotidianos.

A sacristia, pobre em paramentos e ornamentos, completava a Capela. Iniciada a missa, o ajudante vestia a batina e os presentes seguiam um rigoroso senta-levanta, marcado pelo estalar de uma “cacholeta” de madeira, posta entre as mãos de um dos regentes. Todos se posicionavam na longa fila, destinada à comunhão.

O Seminário Menor era dividido entre os grandes e pequenos, de acordo com a idade e, conseqüentemente, o ano cursado. Havia dois dormitórios, dois salões de estudo e era proibida a comunicação entre grandes e pequenos e também com os seminaristas dos cursos de Filosofia e de Teologia, que compunham o Seminário Maior.

O Salão de estudos, com as tradicionais janelas no modelo das existentes na capela e, ao fundo, um soturno estrado, ladeado por duas escadinhas. Ali, sentado a uma mesa, ficava o regente do dia, tentando pôr ordem ao grande público. Extensas carteiras, com cinco lugares cada, estendiam-se até o final do salão. No mais, o silêncio dos estudantes atarefados, problemas a resolver, redações rabiscadas, passa tempo garatujado, livros folheados.

Batida a sineta, uma campainha prolongava o alerta com impertinência. Um canto sacro era entoado em latim e a fila se arrastava pelos corredores estreitos. Ao lado do Salão de estudos ficava o galpão dos grandes, destacando-se pelo pequeno palco, com uma tradicional Virgem Maria, montando guarda. A rouparia dos grandes ficava contígua.

No refeitório, ocupávamos a ala esquerda, de quem vinha do Menor, sob a proteção de um crucifixo envidraçado. Longas e lisas mesas, em “marmorite”, sem toalhas, com toscos e longos bancos laterais, os canecos de ágata ou copos de alumínio, nunca de vidro, caracterizam o refeitório. No alto, em meio ao colossal ambiente, um púlpito com microfone e um pequeno tamborete, local supliciado aos leitores. O Padre Tomé Verman reclamava irritado do “converseiro” quase diário. Para ele, “no meu tempo” e lembrava a tradição, pois só no dia

de São Vicente, na Páscoa e em alguma outra data significativa, a leitura às refeições era dispensada. Ao final das refeições, ouvia-se a leitura do “*Martiriologium Romanum*”, relatos sobre os mártires católicos da perseguição romana, segundo o qual, “in Cesarea na Capadocia..”

Apesar da seriedade das leituras, quando se ouvia um nome que, direta ou indiretamente, se referia ao de algum colega, parte dos ouvintes, sobretudo dentre os menores, rompia em irreverente riso, apesar da vigilância severa do Padre Prefeito. E a referência à “Virgem Anastácia” era o suficiente para encabular um Anastácio presente. “A Cabana do Pai Tomás”, “Convertidos do Século XX” ou “Vingança, Não”, do Padre Pereira Nóbrega, foram alguns dos livros apresentados, que permaneceram na memória. Sobretudo esse último tornava o jantar mais ameno, graças ao relato do filho sobre a coragem e audácia do pai do autor, o indomável Chico Pereira, nos sertões da Paraíba.

Quando o leitor gaguejava ouvia-se o tinir da campainha, em mãos do Padre Prefeito, que se sentava na extremidade da mesa central, bem defronte ao Cristo Crucificado. Sua pequena mesa, onde se sentava, agregava-se a uma extremidade da mesa central, ocupada pelos pequenos. Algumas sobras nas travessas, frutas ou restos de sobremesas, o Prefeito passava aos dois menores, que lhe estavam próximos. “Os beques”, como eram chamados os dois felizardos, devoravam com avidez tudo o que lhes caía às mãos.

Certa vez, ao saborear uma banda de pão, molhada numa caneca com café com leite, “leite de padre”, assim denominado o leite em pó, de origem americana, proveniente de doações internacionais, um dos colegas pegou uma chaleira, que se esvaziara rápida e começou a rodopiá-la. A chaleira não continha mais o café com leite, mas os mais vagarosos ainda prolongavam aquele momento, bebendo. Em seguida, um deles retirou a tampa e, para estupefação dos que estavam próximos, descobriu lá no fundo, esparramada, uma mísera rã. Arrepios e protestos tardios em nada modificaram a ocorrência considerada banal.

Casos curiosos às vezes divertiam os presentes. Na época do Seminário regional, após a saída dos padres Lazaristas da direção do Seminário, o colega “marralhas”, proveniente do Maranhão e sempre perfeito na sua dicção, encheu o prato, quando lhe jogaram uma casca de banana dentro. Baixo e gordo, mais vermelho do que sua aparência

tradicional de costume, ele levantou-se de forma solene, despejando todo o conteúdo sobre o “marmorite”. Em outra ocasião, enquanto raspava com uma colher os sobejos de arroz em uma travessa, um colega, conhecido pela alcunha de ‘Pirambu’, o cutucou sorrateiramente. Irritado, levantou-se sisudo, pegou a travessa, dando com ela fortes bordoadas no magricela atônito. Não me recordo se recebeu punição e se a ela foi submetido, deve ter sido daquelas mais brandas, afinal o rigor da disciplina dos lazaristas já não se fazia presente na disciplina dos internos.

Em raras ocasiões faltava energia durante a leitura efetuada no decorrer dos jantares e, segundo boatos, quando as leituras se tornavam insuportáveis, “os cursistas”, apelido dos seminaristas do Maior, que cursavam Filosofia ou Teologia, desligavam a energia, provocando a raiva dos padres, responsáveis pela manutenção da disciplina.

Do meio do salão em diante, o aspecto do refeitório era outro: pequenas mesas com toalhas simples, cinco lugares em cada uma. “Humanismo comestível”, diziam, expresso inclusive no direito a beber água gelada, sagrado privilégio dos “cursistas”, diferente da situação dos menores, que só tinham direito a água das quartinhas. Em 1964, passou a haver verdadeira disputa pelas garrafas de água gelada, que restavam ao final das refeições, mas isso era regalia dos tempos democráticos, posteriores à aplicação da rígida disciplina pelos Lazaristas.

Um carrinho médio, de madeira e com quatro rodas de ferro, com doces, sopas e comidas finas era dirigido pelo rubicundo “Frotinha”, levita do Maior, que se encarregava de levá-lo aos Padres, que ficavam na outra extremidade do refeitório, em uma grande mesa, dirigida pelo Padre Reitor.

Os serventes eram escolhidos com diligência. Havia indicação pelos regentes, mas o veredito final cabia ao padre prefeito. Com brancos aventais, circulavam radiantes, pois, ao final, usufruíam do privilégio de transportar doce e mais carne na travessa, como regalo de bem servir.

Um costume tradicional diluiu-se no tempo: os tradicionais sermões dos seminaristas do Curso de Teologia, uma espécie de treinamento efetuado durante a refeição, sob os olhares vigilantes dos superiores, que perscrutavam quaisquer deslizes teológicos ou de expressão.

O refeitório servia de divisa, marco avançado entre o Seminário Maior e o Menor. Impossível atravessá-lo sem a ordem expressa do

padre prefeito. Uma vez, ferindo as santas regras, arrisquei-me por aqueles lados e fui, de modo grotesco, chamado à ordem pelo culto e respeitado Padre Marçal Versianni dos Anjos: “o lugar dos incircuncisos é do outro lado.”

Um pátio pequeno, em mosaico, uma pintura retratando o venerando Monsenhor Tabosa, uma pracinha com poucos bancos, um tanque com uma magra garça em cimento, uma velha tamarineira a servir de abrigo. No pátio um crucifixo grande, ao lado a quadra de futebol de salão, uma infinidade de cubículos de madeira, razoáveis para a maioria, “pocilgas sub-habitáveis”, para um exigente aluno de Filosofia. Alguns quartos mais bem acabados, em alvenaria, em frente à quadra, pareciam mais simpáticos, com uma cama, uma mesinha de madeira, além de um velho guarda-roupa, constituíam o recanto dos invejáveis diáconos e de uns poucos levitas tonsurados.

A Igreja da Prainha, com o seu velho altar-mor, num estilo rebuscado, centrado no espaço reservado à singela Nossa Senhora da Conceição da Prainha, ostentava na lateral o brasão de seu Arcebispo Metropolitano, D. Antônio de Almeida Lustosa: “sub umbra alarum tuarum” (“à sombra das tuas asas”). Por isso que D. Antônio não podia sentar-se, durante as solenidades, pois logo cochilava, às asas do Senhor, segundo observadores atentos.

A parte central era dividida por uma pequena mesa da comunhão e um velho púlpito. Dois confessionários velhos quedavam-se imponentes. Um São Jorge, que posteriormente teria os seus direitos cassados, ameaçador, dava um exemplo de força cristã. Os altares laterais, o da Medalha Milagrosa, bastante procurado, e o da Piedade, local preferido pelo Padre Pedro Zingerlé, para as suas missas.

Na ala direita, o altar do Sagrado Coração, onde o Padre Tomé Verman costumava celebrar. Na parte central da Igreja, de cada lado, mais dois altares, um, bastante enfeitado, de São Francisco, ladeado pelo de Santo Antônio, mais singelo, palco das “missas relâmpagos,” do Padre Barros.

O coro, na parte superior da entrada da Igreja, pouco era ocupado, mas muitas vezes servia para os “adoentados” assistir as cerimônias religiosas, mesmo dormitando.

As torres esguias da Prainha desafiavam o céu, voltadas para o infinito, em sua singeleza escultural, escamadas de azulejos. E os

sonoros sinos da Prainha, o centenário, a dobrar nas manhãs festivas das Ordenações Sacerdotais, quando o “*Ecce Sacerdos*” ecoava pela igreja, enquanto vagaroso e solene, Sua Excelência Reverendíssima, D. Antônio de Almeida Lustosa, entrava paramentado, acompanhado de quatro ajudantes, vestindo batinas e portando roquetes. O Arcebispo contrastava seu perfil esguio com as entradas triunfais, envolto em uma longa vestimenta roxa.

A ordenação sacerdotal constituía o alvo final da trajetória percorrida, ao longo de mais de dez anos de internato. Um privilégio “de poucos escolhidos, dentre os muito chamados”. Geralmente ocorriam no final do ano, a oito de dezembro, dia da Imaculada Conceição. Na entrada triunfal do Arcebispo, alguns apetrechos litúrgicos chamavam a atenção: além do paramento episcopal, complementado pela longa alva, a estola era usada de forma cruzada sobre ela. Também eram usados o manípulo, uma pequena peça pendurada ao pulso direito, além do cingulo, cordão com que o celebrante apertava a alva na cintura, o amito, um pano retangular preso às costas por duas longas tiras, o báculo trabalhado, levado à mão esquerda, a mitra posta sobre a cabeça, que davam um aspecto peculiar àquela solenidade, como se fosse um mistério a ser revelado. O Arcebispo dirigia-se a uma vistosa cadeira, ante a qual se ajoelhavam dois acólitos, para lhe lavar as mãos. Outro, portando um grande missal, sustentava-o para leitura das orações, enquanto um outro acólito segurava uma candeia, que continha uma vela. Iniciava-se a cerimônia e a “*Schola Cantorum*” entrava em ação, com a junção de diferentes tonalidades de vozes e idades.

Além das chamadas ordens menores, iniciadas com a concessão da tonsura, havia o Subdiaconato e o Diaconato que, juntamente com a ordenação, constituíam as mais belas cerimônias. Quem recebia o diaconato, podia distribuir a comunhão, batizar e auxiliar mais diretamente no ministério sacerdotal. Entretanto, eram as ordenações sacerdotais as mais significativas na vida cotidiana da Prainha. Ante o Arcebispo, o candidato ao sacerdócio, de alva e estola, submetia-se a uma queda simbólica; ajoelhava-se e, de súbito, com um baque surdo punha-se de bruços, apoiando-se sobre os braços cruzados, à altura da testa. A partir daquele momento, o jovem renunciava aos desejos da carne e prometia dedicar a sua vida inteira à missão que lhe seria confiada. A família, em irradiante contentamento, acompanhava a ce-

rimônia, que atingia seu ápice com a definitiva consagração: “Tu es sacerdos in aeternum, secundum ordinem de Melquisedec”. Após o beija-mão, iniciado pelos pais, com o abraço demorado da mãe, a primeira benção era dada, acompanhada de efusivos cumprimentos dos demais familiares e colegas.

O rigor disciplinar nos remetia ao perfil dos que dirigiam o Seminário, em sua maioria padres sisudos e exigentes. Entretanto, havia exceções. O padre Barros, um tipo estranho, moreno, renomado apreciador de fedorentos charutos. No seu quarto, chamava atenção o amontoado de livros e o cheiro forte do charuto a dominar o ar. Sempre andava com uma pequena chibata de couro no bolso da batina, pois quando se sentia incomodado, sacava da chibata e punha o intruso para correr. Ensinava geometria, tentando explicar os complicados “teoremas pitagóricos”: “Eu traço um triângulo de lá p’ra cá, ficando um espaço vazio no meio, macaco.”

— Padre, não podíamos ir ao meio...

— Ó estúpido, ali é um pântano de merda, você não pode atravessar.

Ante qualquer movimento suspeito, arreganhava os dentes desbotados pelo fumo e ameaçava colocar o “macaco” de joelhos, por “estar namoriscando, trocando beijocas”, ou seja, conversando com os mais próximos.

Quando o sol da tarde batia de chapa, através da porta da sala de aula, refletindo na sua batina, deixava à mostra o reflexo de um velho calção surrado, por baixo da batina. Ele ficava furioso, quando os alunos começavam a sorrir, sem perceber o porquê da questão.

Ao passar pelo galpão do recreio, alguns seminaristas corriam-lhe ao encalço e ele tirava a célebre chibatinha do bolso e a pândega estava feita. Interessante é que o padre Barros não impunha receio, pelo contrário, divertia a todos. A bondade transparecia por trás daquela carcaça charuteira. Às vezes, quando vinha da merenda, jogava uma ou duas bananas e divertia-se com a disputa travada pela posse das mesmas. Dizem que zombava amigavelmente de algumas decisões dos “brancos”, seus companheiros de vida religiosa, os Lazaristas. Feio e irrequieto, com os cabelos eriçados, muito zombava, mas pouco ofendia. Humilde e singelo trazia-nos momentos de uma alegria espontânea, nem sempre presente num sistema de internato. Poderia mostrar-se orgulhoso ou cheio de si, com o domínio da complexa matemática. Para ele, contudo, a sim-

plicidade era contínua, como o eram as brincadeiras que preparava e as histórias contadas sobre a sua Juiz de Fora ou em relação ao presidente Juscelino. Sabia aproximar-se dos outros, despertando sentimentos, dissipando mágoas. Curioso foi o caso contado a seu respeito em relação à confissão. Todos os demais padres aceitavam ser confessores dos seminaristas, com exceção dele e do padre Pedro Zingerlé, em virtude de sua idade avançada. Um dia, um seminarista decidiu se confessar com o Padre Barros e dirigiu-se ao seu quarto, batendo à porta:

- Padre Barros, Padre Barros.
- Que é que é, macaco?
- Padre, quero confessar-me.
- P'ra que pecou, macaco?
- Foi sem querer, padre.
- Então não há pecado. Vá embora.

E soltava uma sonora gargalhada, expressão da sua simplicidade.

Padre Fernando Van Dick, holandês, olhos vivos como a tonalidade da sua careca. Fumava charutos finos, não tão redondos como os óculos que usava. Matemático severo, professor sarcástico. E lá se ia mais teorema, esparramado no quadro, não importava se fora entendido ou não, valia o horário cumprido.

Padre Tomé Verman, grandalhão, também holandês, uma capa “a la Dom Bosco” aos ombros, olhos azuis, com seu andar vagaroso, cabeça branca e a voz pausada e sonora. Sempre atraía muitos penitentes, muitos o preferiam para confissão obrigatória, pois não ouvia bem, assim diziam. Necessário ter um confessor fixo, sem excluir a ação de um outro padre, o guia coletivo, denominado “Diretor Espiritual”. As confissões em geral eram à noite. Colocava-se o nome do penitente e do confessor, em um pedaço de papel, em formato retangular ou no verso de um santinho, e um colega se encarregava de levá-lo ao sacerdote destinatário, que mandava chamar o penitente.

Um penitente peçonhento, desejando confessar-se, dirigiu-se ao quarto do reverendo e enquanto relatava seus pecados, começou a coçar-se com afinco. Intrigado com a ocorrência, o Padre Tomé afirmou: “Bom, amigo, vamos interromper a confissão, aprofunde mais, pode ser uma pulga”.

O quarto do velho padre Pedro Zingerlé ficava por cima do seu. Numa noite, o Pe. Pedro se esquecera de fechar a torneira e a pia

passou a transbordar, espalhando água pelo soalho gasto, gotejando sobre o aposento do Pe. Tomé, que apanhou uma vara, usada em emergências e com três pancadas sonoras, sentenciou: “Pedro, Oh! Pedro, isso é água mesmo?”

Professor de latim, ele chegava pontualmente à pequena sala de aula do quinto ano. Certa vez atrasou-se um pouco e a satisfação tomou conta da meninada. Súbito, no seu andar balançado, ofegante, chegou afirmando: “Meninos, eu caí”; “oba, não haverá aula”, comentava-se na surdina. Mas para surpresa geral, ele continuou: “eu caí neste artigo e vou lê-lo, pois.” Como professor de história, no segundo ano ginásial, vibrava com as façanhas de Júlio Cesar e num arroubo de eloquência, ora imitava com as pesadas mãos o trote dos cavalos, afirmando: “lá vem Cesar.” E os gaiatos dirigiam o olhar à janela, à espera do vencedor, bem para o local onde o Padre estendia o braço. Nas notas era sovino, se o sem sorte tirasse um cinco, continuaria pelo ano afora com tal nota: “O Valmir está melhorando, dei-lhe um cinco, pois” e a esperança de melhor nota ficava para ano seguinte.

O Padre ..., vaidoso, marcou época. Foi nosso primeiro prefeito. Nomeou uma infinidade de regentes, uns doze, aproximadamente. Havia o regente de dormitório, regente de cada quadrado, do espaço de quatro em quatro pessoas, no refeitório, um batalhão vigilante, na caça aos infratores. Escondido por trás das colunas, vigiava os nossos passos. Ainda me lembro da carreira e do susto que sofri, ao dirigir-me ao dormitório à tarde, aonde só se podia ir com autorização. Ouvi a sonora voz, que me amedrontava: “*aonde vai?*” Uma meia volta respondeu ao exigente “prefeito”.

Às vezes interrompia as manifestações espontâneas, durante o recreio, reunia um grupo e punha-se a cantar: “não jogue pedra no telhado de seu vizinho, que é de vidro...”. Também costumava nas sessões “chato-musicais” cantar o “*quiça, quiça*”, escandalizando consciências amedrontadas. Segundo os que eram seus alunos, ele sempre se considerava o maior “quem sabe mais dogma ou inglês, nesta casa, respondam? “Perto de sua longa viagem, tornou-se diretor espiritual, por sinal considerado ótimo diretor, segundo alguns. Numa palestra matinal, verberava convicto: “não desgracem uma vida. Conheço um jovem que se ordenou apenas para satisfazer sua mãe, prejudicando a alegria de seus dias.” Pouco depois dessa declaração, partiu para o Rio de Janeiro, deixando a

ordem religiosa e lá conseguiu um emprego na VARIG, como intérprete. A explicação para sua saída surpreendeu a todos: ofendera uma freira, que engravidou e fora embarcada para a Alemanha. Diziam as más línguas que se a freira fosse do Colégio da Imaculada, a honra da casa havia sido maculada. Comentava-se que ele tivera outros casos: com uma senhora casada, com outra moça, que o teria acompanhado.

Quando o acontecimento eclodiu, o Reitor do Seminário ficou muito abalado. Imediatamente telefonemas soaram, providências foram tomadas e bocas foram caladas. Na manhã do dia seguinte, na capela dos menores, antes da missa das seis, anunciaram que o Pe. ... partira por motivo de grave enfermidade, que atingira sua mãe. Orações foram pedidas pela cura de uma doença fictícia de uma mãe saudável. O Pe. Pedro Zingerlé prometeu ao... rezar pelo pronto restabelecimento de sua mãe e, posteriormente, indagou: “A mãe do ... melhorou?” “Ainda não, Padre Pedro, mas tenhamos confiança em Deus.”

O Seminário Maior obteve imediata explicação, enquanto o Menor só soube do ocorrido posteriormente, pois não devia tomar conhecimento de tais ocorrências. Dizem que o reitor, aflito e preocupado, media as afirmações, abordando diplomaticamente o ocorrido.

O padre Pedro Zingerlé, sempre curvo, continuaria a debulhar o seu velho rosário, pelos corredores afora, intercedendo pelos que lhe recomendaram orações. Sua batina surrada, a barba por fazer, a faixa sobre a batina, à altura da cintura, mal colocada, parecia uma cauda”: “*Hélas, miserable*” e se ia com suas saudosas lamentações. Por ser da região da Alsácia Lorena não simpatizava com os alemães. Viera para o Brasil há muito tempo e pôde acompanhar parte da conclusão das obras do prédio da Prainha. Dizem que o velho relógio do seminário fora por ele comprado, por cinco mil réis e brigara com o relojoeiro sovina, que não quis deixar por quatro e quinhentos. Contavam-se muitas histórias a seu respeito. A santa Infância era a sua preocupação constante. De Colégio em Colégio, de sala em sala, angariava pequenas doações para enviá-las à Ásia, onde trabalhavam os padres da Congregação da Missão. Para combater a preguiça, contava o caso de um aluno de filosofia que, indisposto a ler um estudo de Santo Tomás de Aquino, rapidamente cochilara, enquanto um jumento penetrou no seu quarto e devorou o pesado texto. Segundo Padre Pedro, “o jumento saiu relinchando, filosoficamente.”

Pe. Antônio da Silveira Paixão, personagem enigmático, responsável pelo programa “A Hora do Pobre”, apresentado na Rádio Iracema, com o objetivo de colher contribuições em donativos ou em dinheiro. Ensinava Geografia, no primeiro ano. Suas aulas eram ministradas no amplo salão de estudos. Ao entrar, soltava a sua arrastada voz, iniciando uma “Ave Maria” caminhando em direção à mesa, situada num estrado, ao final da sala. De lá dominava toda classe, olhando por baixo das lentes, como se não quisesse estragá-las.

Uma vez o ... chegou atrasado à aula, pois fora ajudar o “Biluca”, um colega de Milhã, a tirar a mala, que ficava guardada na parte superior da caixa d’água, toda forrada, pois ia sair do Seminário. Ao descer, percebeu que haviam retirado a escada de madeira e o jeito foi descer como podia, esparramando-se no chão. Pálido e trôpego, chegou atrasado à sala de aula:

— Moço, de onde vem?

— Pe. Paixão, eu fui ajudar o ... a retirar sua mala.

— Você devia ter ido na mala do ... .

Numa manhã silenciosa, antes da missa, aguardávamos o toque da sineta, quando o Pe. Paixão chamou o ... . Mandou que, com uma flanela, limpasse o Jeep, que pertencia à “hora do pobre”. E em seguida afirmou:

— Vamos dar um passeio de Jeep.

Após efetuar o serviço solicitado, ... abriu o portão, entrou no Jeep e, ao transpor o portão, o Pe. Paixão afirmou enfático:

— Desça, ... , o passeio terminou.

O Pe. Gumercindo Sampaio, baixinho e intransigente, professor do primeiro ano, sempre às voltas com as complicadas regras do latim. A aprovação nessa disciplina era a garantia de ascensão na íngreme rota da formação sacerdotal. Qualquer erro em uma das arguições feitas em sala de aula, o aluno era condenado a fazer até cem cópias da palavra ou regra desrespeitada. Quando as cópias exigidas superavam a cem, alguns condenados ao castigo ousavam fazer apenas a metade do exigido, colocando papel em branco, no final, para fazer volume. Com piadas jocosas, era o assombro dos iniciantes.

“*Qui, quae, quod, quem tem barba é bode*”. Desde o diaconato que lecionava, satisfeito em ser reconhecido como autor dos “Elementos de Latim”, com regras e mais regras, declinações e vozes verbais. O

“decoreba” constituía o principal meio de avaliação. Sofri um bocado em suas mãos.

Se deixasse a memória fluir num estágio contínuo, as reminiscências reveladas continuariam a me fazer penetrar, através dos corredores da Prainha, nos diferentes espaços e temporalidades de sua composição material, até ultrapassar a sua simples paisagem externa. Refiro-me ao misterioso corredor do nosso inconsciente, que é acionado através das possibilidades do rememorar e das circunstâncias cotidianas, no curso íntimo de cada um de nós. A maneira como a recomposição do passado é elaborada depende do estágio interior do narrador, ao expressar seus sentimentos e ver revelações através do caudal que transcorre no decurso dos relatos apresentados. Por isso não colocamos um ponto final do nosso depoimento, mas reticências que garantem a possibilidade de sua continuidade, através de outras narrativas.

O respeito às fronteiras estabelecidas ao pesquisador, de acordo com as normas técnicas recomendadas e a permanência do modelo valorizado, cria uma barreira simbólica ao possível avanço de outras modalidades interpretativas, em virtude do rígido respeito aos pressupostos básicos dos pressupostos teóricos cultuados. Mas cedo ou tarde, dependendo da noção de temporalidade, outras maneiras de contar história são reveladas, através da adoção de moldes representativos, que não repetem o que se costumava fazer, mas abre caminhos antes considerados imponderáveis.

Como demonstrativo dessas considerações, remeto-me mais uma vez à profícua dimensão da “micro-história”, que sem desmerecer experiências anteriores, busca ir mais além, para evitar a limitação de uma permanência metodológica em um campo do saber, marcado por contínuas mudanças. Com a revisão ou reinvenção da história, Hobsbawm denomina tal postura como ingresso na “grande época da mitologia histórica”, após os anos sessenta do século passado, mas também observa que a historiografia passou “de uma perspectiva quantitativa a uma perspectiva qualitativa, da macro-história à micro-história, das análises estruturais às narrativas, da história da sociedade à história da cultura.” (GINZBURG, 2001, p. 156 – 157)

Através dessa rota reveladora, as lembranças de um ex-seminarista, que ingressou no Seminário da Prainha, aos onze anos de idade, ali permanecendo até os dezessete, não se restringem a uma auto-reve-

lação de experiências narcisistas, limitadas à ação do “eu” como roteiro principal do conteúdo narrado. Creio que as revelações apresentadas ultrapassam o estreito espaço do meu mundo particular, pois revelam o que se apresentava fora do narrador, no labirinto dos corredores reais e simbólicos do histórico daquela instituição.

Por trás de cada caso relatado sempre figura uma mecha de ação coletiva, reveladora da memória social, que aproxima espaços geográficos distantes, considerando a origem de cada um dos colegas seminaristas, fossem originários de Fortaleza, de cidades distantes ou de outros estados do Nordeste. Todos haviam atendido “ao chamado do Senhor”, embora conscientes de que “muitos eram chamados e poucos os escolhidos”.

Os limites da “Ego-História” não impedem as possibilidades de divisar nela rastros que sirvam de roteiro a uma possível trilha inédita, símbolo de uma modalidade diferenciada de análise e fruto de uma associação entre o individual e o coletivo. Nessa perspectiva, as barreiras que lhe são impostas me remetem à persistente querela entre as dimensões da história e da memória, que reforça as nítidas fronteiras entre ambas. E por não serem convergentes, persiste “*a irredutibilidade da memória à história*” (GINZBURG, 2001, p. 178). A memória, por mais significativa que seja não permite uma reconstrução real da temática evocada, pois o narrador se situa no presente, que molda sua maneira de analisar as experiências passadas.

O narrado sobre uma individualidade rima com coletividade e dela não pode ser dissociada, pois ninguém é uma ilha isolada, mesmo no mar revolto da pós-modernidade ou de uma “modernidade líquida” (OLIVEIRA, 2012, p.37).<sup>3</sup>

## Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

<sup>3</sup> Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, “Professor emérito de sociologia da Universidade de Leeds, propõe o conceito de “modernidade líquida” para definir os tempos atuais, em vez do já batido termo “pós-modernidade”, que, segundo ele, virou mais um qualificativo ideológico que um conceito.”

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JUNG, Carl Gustav e VON FRANZ, M.L. et al. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MALERBA, Jurandir (Org.) **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Dennis de Bauman. O caçador e o jardineiro in **Revista CULT - Revista Brasileira de Cultura**. São Paulo, n. 4, ano 15, p. 27-29.